



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 19, DE 2007

Acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 54 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 54.

.....

Parágrafo único. As proibições previstas neste artigo não se aplicam ao exercício do cargo de magistério em instituição pública de ensino superior, desde que em horário compatível com a atividade parlamentar (NR).”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal (CF) determina que os Deputados e Senadores não podem, desde a expedição do diploma, “aceitar ou

exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam demissíveis *ad nutum*", nas pessoas jurídicas de direito público, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço público" (CF, art. 54, inciso I, alíneas a e b).

Nos termos do art. 55, inciso I, da CF, o descumprimento dessa vedação implica a perda do cargo, a ser decidida pela maioria absoluta dos senadores, em votação secreta.

As únicas hipóteses em que a Constituição permite ao membro do Poder Legislativo o exercício de outro cargo na Administração Pública, sem a perda do mandato, são para investidura como Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de capital ou chefe de missão diplomática temporária (CF, art. 56, inciso I).

O exercício do magistério em instituição pública de ensino superior, no entanto, merece tratamento diferenciado, da mesma forma que a Constituição Federal já faz para com os servidores públicos em geral (CF, art. 37, inc. XVI, a e b).

A atual vedação faz com que as instituições públicas de ensino superior deixem de contar com a colaboração de muitos professores que são eleitos para cargos do Poder Legislativo, pois são obrigadas a conceder-lhes licença para o exercício do mandato.


Ao mesmo tempo, não há restrição para que o membro do Poder Legislativo exerça a função de professor em instituição privada

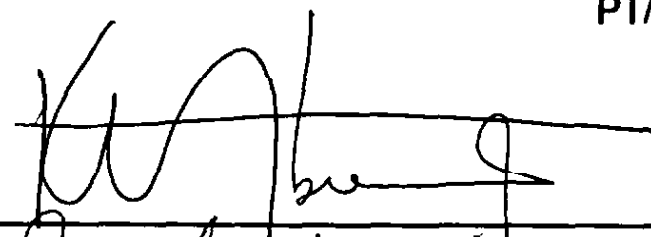
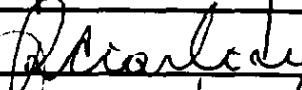
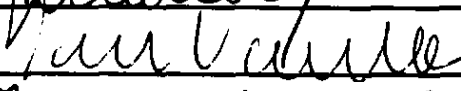
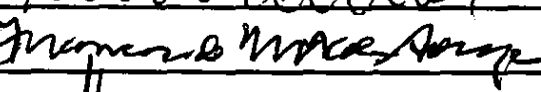

de ensino, afastando do ensino público profissionais muitas vezes altamente qualificados e atuantes em suas áreas de formação.

A possibilidade de permanência daqueles que desempenham mandato parlamentar na cátedra só traz enriquecimento ao mundo acadêmico e político, posto que mantém os agentes públicos atualizados em seus ramos de conhecimento e permite aos discentes o contato imediato com aqueles que são responsáveis pela elaboração de leis que normatizam a atividade de formação de cada curso.

A emenda proposta visa a permitir a permanência dos Deputados e Senadores no exercício de atividade de ensino superior em instituições públicas, desde que não haja prejuízo para o desempenho da atividade parlamentar.

Sala das Sessões, 13 de março de 2007.


Senador TIÃO VIANA
PT/AC

2		KA'IA ABREU
3		ROSALBA DIARINI
4		JARBAS VASCONCE
5		Mário Antônio
6		ALMEIDA LIMA

- 7 Legalio Vas PAPALC' O
- 8 Chloe ANTONIO C. VALANAN
- 9 Suplicy SUPLICY
- 10 Am
- 11 Yacilla (Yano Curo) MARIO COUTO
- 12 Jose Nery Azerebo JOSÉ NERY
- 13 Malconi MARCONI PABLO
- 14 Tasso TASSO JERISIAI
- 15 Winky CRISTOVANI
- 16 Sergio SERGIO ZABALA
- 17 Indicio INDICIO ARANA
- 18 Flavio FLAVIO ARAN
- 19 Gariboldi Gariboldi
- 20 Benito Benito Cologrande
- 21 Georgio Georgio
- 22 Jefferson Jefferson
- 23 Carmona CRISTOVANI
- 24 Suplicy SUPLICY
- 25 F. Colcor F. COLCOR.
- 26 Lucia LUCIA VANIA
- 27 Rome ROME TUMM
28. S. M. Machado
29. Flexa FLEXA RUBEN

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Título IV

Da Organização dos Poderes

Capítulo I

Do Poder Legislativo

Seção V

Dos Deputados e dos Senadores

Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

➤ a) *firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;*

b) *aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior;*

II - desde a posse:

a) *ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;*

b) *ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades referidas no inciso I, a;*

c) *patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a;*

d) *ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.*

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 14/3/2007.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF